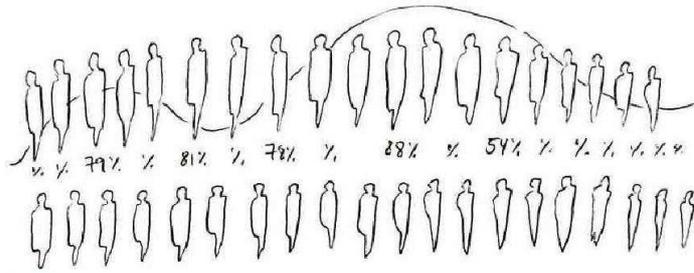


poder



Juliana Freire

A reunião da irresponsabilidade fiscal

Bolsonaro fala em 'regeneração moral' e governadores eleitos de estados falidos armam superpedalada

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

No mesmo dia em que anunciou um "momento de regeneração", Jair Bolsonaro foi a uma esquisita reunião de governadores eleitos copatrociniada pelo paulista João Doria. Nada havia sido combinado com sua equipe. O que muitos governadores querem é suspender as exigências e os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma legítima superpedalada, capaz de superar os câmbios da "contabilidade criativa" que custou a Presidência a Dilma Rousseff.

Como o presidente eleito ainda não desceu do palanque, fez brincadeira com a sua presença no conclave: "O que eles querem, eu também quero, dinheiro". Antes fosse, o que eles querem é atropelar a lei que obriga os estados a limitar em 60% o comprometimento das receitas com o pagamento de despesas de pessoal.

O Rio está com um comprometimento de 70%. Mato Grosso do Sul 76% e o Rio Grande do Sul, 69%. Isso para não fa-

lar no campeão Minas Gerais, com 79%. Ao todo, são 14 os estados que ofenderam a LRF, mas nove governos comportaram-se como deviam.

Os governadores querem mais dez anos de prazo para cumprir uma lei de 2000 e prometem um conjunto de medidas para buscar o equilíbrio financeiro. Velha conversa, como a do Supremo Tribunal Federal, que quer o aumento para já, prometendo o fim dos penduricalhos dos juízes para depois. Ademais, dentro de dez anos os governadores serão outros.

Bolsonaro deveria ter desarmado a cilada da reunião, expondo a irracionalidade do pleito. Doria, que governará o estado que exibe melhor desempenho (54% de comprometimento, graças a Geraldo Alckmin), poderia ter evitado a ribalta.

Para quem temia que depois da eleição viesse mais do mesmo, ressurge a maldição do príncipe de Salinas no

romance "O Leopardo": "Depois será diferente, porém pior".

Registro

Foram muitos os nomes que entraram na dança para a cadeira de ministro das Relações Exteriores, mas o nome do diplomata Ernesto Araújo foi o primeiro a surgir, logo depois do segundo turno.

Continuidade

Quando Lula era presidente, o chanceler Celso Amorim chamou-o de "nosso guia". Ernesto Araújo anuncia que assumirá o cargo certo de que "a mão firme e confiante de Bolsonaro nos guiará".

Bilateral

As "caneladas" de campanha de Bolsonaro deram à sua política externa dois resultados:

1 - Submeteu o chanceler brasileiro a uma molecagem do governo egípcio porque prometeu levar a embaixada brasileira para Jerusalém. Fez que não notou.

2 - Demonizou a participação de cubanos no programa Mais Médicos e provocou a retirada de 8.000 profissionais. Segundo a Confederação Nacional de Municípios, 1.478 localidades ficaram sem médico. Daqui até a posse ele perceberá que relação bilateral tem dois lados.

Médicos

Com a partida dos médicos cubanos, os novos ministros da Saúde e da Educação poderiam examinar as exigências para que médicos brasileiros formados no exterior validem seus diplomas para trabalhar em Pindorama.

A lei exige que o médico esteja "em situação legal de residência no Brasil", mas o programa do governo não diz quanto tempo demorará o processo de revalidação.

Enquanto isso, o que faz o médico, que se formou nos Estados Unidos e trabalha num hospital de Boston, vende limão na praia?

Eremildo é um idiota e acha que os médicos têm direito a uma reserva de mercado. Mesmo assim, por cetero, acredita que o pedido de revalidação pode dar entrada na burocracia mesmo que o médico more num dos anéis de Saturno, desde que cumpra todas as exigências posteriores.

Banco Central

Com tanta gente querendo ir para o governo, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, preferiu ir para casa.

Sentou na cadeira em 2016, com a economia em pânico, e presidiu o BC falando pouco e fazendo o certo, longe dos holofotes. Leva consigo o estilo de economistas como Pedro Malan e Otávio Gouveia de Bulhões.

Palpite

Um veterano conhecedor do funcionamento do Palácio do Planalto acredita que Jair Bolsonaro restabelecerá a rotina da "Reunião das Nove" que vigorou nos anos dos generais.

Pelo desenho de hoje, nela sentariam o presidente, o general Augusto Heleno, o economista Paulo Guedes e o deputado Onyx Lorenzoni.

Trocando o Ministério da Defesa pelo Gabinete de Segurança, logo depois da escolha de Sergio Moro para a Justiça, o general tornou-se um ministro que tem sala no Planalto. Não é pouca coisa.

Renova

O movimento Renova, que elegeu 16 parlamentares em diversos partidos, pretende se organizar de forma inédita no Parlamento. Realizará reuniões periódicas e seminários para discutir projetos com empresários e organizações da sociedade civil.

Superpoderes

O economista Paulo Guedes, futuro "Posto Ipiranga" da economia, coordena 20 grupos temáticos.

Tomara que dê certo. Em 2004 o comissário José Dirceu coordenava 37 grupos de trabalho na Casa Civil. Um cuidava do hip-hop.

Dança ministerial

Nos próximos dias Bolsonaro concluirá sua dança ministerial. Anunciou fusões, desistiu, juntou abacaxi com banana e terminará cumprindo a sua promessa de redução do número de pastas.

Feito o serviço do primeiro escalão, começarão o remanejamento de setores administrativos. Nessa altura, vale a pena lembrar uma história ocorrida com um oficial do Exército.

Como capitão, ele serviu num quartel que tinha a forma de um quadrilátero. Voltou a ele como general e, surpreendido, comentou com um velho sargento:

— Fico feliz em ver que a barbearia continua no mesmo lugar.

O sargento esclareceu:

— General, a barbearia mudou tanto de lugar que deu a volta.

Tunga no livro

As guildas dos livreiros e editores responderam ao que foi publicado aqui na semana passada contra a proposta que encaminhará a Michel Temer para tabelar a mercadoria que vendem, limitando os descontos a 10% no primeiro ano de circulação de um volume.

Deram seus argumentos, reforçando-os com uma particularidade: "Para utilizar um exemplo conhecido do autor, seu título 'A Ditadura Envergonhada', lançado em 2002, com preço sugerido de R\$ 40, custa hoje quase 50% a menos do que seu valor nominal de 15 anos atrás — corrigido pelo IGP-M, seria R\$ 115,80. No entanto, sua edição atual é vendida por R\$ 59,90".

Não entenderam nada. O signatário alegre-se quando seus livros são vendidos mais barato. Se alguém quiser vendê-los por menos de R\$ 59,90, ótimo.

Como ensinou o conde Francisco Matarazzo, "mercadorias não tem preço de mercado, têm preço se tiver quem a compre". Quando ele morreu, em 1937, era o homem mais rico do Brasil, com 22 bilhões de dólares em dinheiro de hoje.

Ação tira 1.900 garimpeiros de terra ianomâmi

Operação do Exército e da Polícia Federal em Roraima apreendeu veículos e 750 kg de ouro em três meses de atividade

Leão Serva

SÃO PAULO Depois de 25 anos enxugando gelo, a atual ação de combate ao garimpo em Roraima acumula três meses de aparente sucesso.

Nesse período, o Exército já registrou 1.900 garimpeiros que deixaram a Terra Ianomâmi, apreendeu 750 quilos de ouro, junto com diversos veículos, motores, armas e víveres, provocando a redução visível na mineração ilegal.

A operação, denominada Curare o, envolve mais de mil soldados que atuam na área.

Agindo nas cidades da região, a Polícia Federal apreendeu aeronaves e prendeu vários empresários ligados a atividades ilegais da cadeia de produção do ouro ilícito, como Pedro Emiliano Garcia, condenado por genocídio no "Massacre de Haximú", em 1993, hoje dono de aviões que voam clandestinamente para a área indígena.

Também participam da operação conjunta o Ministério Público Federal e a Justiça Federal — que emitiu 77 mandados judiciais, entre os quais 29 de prisão —, o Ibama, a Polícia Militar de Roraima e a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

Desde que o tráfico de ouro ilegal se intensificou, a partir



Helicóptero com general Gustavo Dutra na Terra Indígena Ianomâmi, em Roraima. Leão Serva - 24 ago.18/Folhapress

de 2008, as ações do poder público na área ianomâmi foram sempre pontuais e rápidas.

Os garimpeiros aprenderam a escapar delas, mantendo-se em esconderijos bem abastecidos dentro da floresta.

Com isso, o número de invasores e as áreas de degradação ambiental não param de crescer em dez anos. Foi a novidade da atual operação foi a decisão do comando da Primeira Brigada de Infantaria de Selva do Exército, em Boa Vista, de implantar em agosto bases permanentes de vigilância às margens dos

dois principais rios (Uracoricó e Mucajá) que são a rota normal de entrada e saída do garimpo na área.

O comandante militar da Brigada, general Gustavo Henrique Dutra, só anunciou a implantação das bases permanentes depois que a operação já havia começado. Com isso, a fuga dos garimpeiros para esconderijos dentro da selva não seria um problema para o sucesso da ação.

"Talvez eles pensem que nós vamos ficar pouco tempo aqui. Mas, como teremos presença por prazo mais longo,

eles vão começar a sair e descer para Boa Vista", disse Dutra à Folha em agosto.

Com isso, por mais preparados que pudessem estar em agosto, os esconderijos dos criminosos não tinham estoques de alimentos para três meses ou mais. Depois de algumas semanas, barcos do garimpo começaram a descer o rio em direção à capital, Boa Vista. Ao chegar à base do Exército, eles são revistados: armas, ouro e equipamento de garimpo são apreendidos. Depois de identificadas, as pessoas são liberadas.

Onde fica a Terra Indígena Ianomâmi



Ao registrar os trabalhadores ilegais, a operação serviu para afastar também a hipótese de que a imigração venezuelana estivesse por trás do aumento do garimpo — em três meses, o aumento dos garimpos na área ianomâmi se explicaria pela presença de trabalhadores venezuelanos.

Desde o início da operação, só foram encontrados 35 venezuelanos, em meio a quase 2.000 brasileiros.

A mineração ilegal na área indígena ianomâmi teve seu auge no fim dos anos 1980, durante o governo José Sarney (1985-1992), quando estimados 40 mil garimpeiros correspondiam ao dobro da população indígena.

Logo após a posse, o governo Fernando Collor iniciou uma grande operação de retirada dos invasores e o garimpo desapareceu ou se tornou quase invisível.

Mas passou a crescer e se tornou novamente intenso após a crise de 2008, com o aumento do preço internacional do ouro e a desvalorização do real, que tornaram a atividade atraente e lucrativa.

Nos primeiros meses deste ano, órgãos oficiais e entidades indígenas estimavam em torno de 5.000 garimpeiros trabalhando ilegalmente nas terras da União.